

Trabalho como fundamento de cidadania e aprendizado político: O operariado português no propulsar da Revolução dos Cravos (1968-1974)

CABREIRA, Pamela Peres¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo trazer para o debate a importância e a força do movimento operário em Portugal no período anterior à Revolução dos Cravos, como basilar das conquistas e lutas travadas no período democrático. Ressaltamos a necessidade de debatermos teoricamente, mesmo que de forma breve, as concepções de classe e consciência de classe na composição da materialidade histórica por que toma o trabalho. Para tanto, utilizaremos fundamentalmente um diálogo bibliográfico, centrado na perspectiva teórica de Edward Thompson bem como trabalharemos com um periódico importante à compreensão do período, o *Avante! Clandestino*. Buscaremos demonstrar que, contrariamente a uma posição historiográfica na academia, os movimentos sociais em Portugal no período ditatorial não estavam “adormecidos”, mas sim aglutinando forças de resistência frente ao Estado Novo. Os movimentos de trabalhadores e a importante influência do operariado serão aqui atores delimitantes na composição do nosso objeto.

Palavras-Chave: Portugal; Revolução dos Cravos; Movimento operário.

Work as foundation of citizenship and political learning: The Portuguese working in the propulsion of the Revolução dos Cravos (1968-1974)

Abstract: The purpose of this article is to bring to the debate the importance and the strength of the workers' movement in Portugal in the period before the Revolução dos Cravos, as a basis for the struggles and struggles of the democratic period. We emphasize the need to debate theoretically, even briefly, conceptions of class and class consciousness in the composition of the historical materiality by which it takes the work. To do so, we will mainly use a bibliographic dialogue, centered on the theoretical perspective of Edward Thompson as well as we will work with an important periodical in the understanding of the period, *Avante! Clandestino*. We will try to demonstrate that, contrary to a historiographical position in the academy, the social movements in Portugal during the dictatorial period were not "dormant", but rather agglutinating forces of resistance against the Estado Novo. The movements of workers and the important influence of the working people will be here delimiting actors in the composition of our object.

Key-Words: Portugal; Revolução dos Cravos; Labor Movement.

¹ Graduada e Mestra em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e doutoranda em História Moderna e Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa, sob fomento da bolsa de Doutorado Pleno-CAPES. E-mail: cabreiraperes@gmail.com

AS LUTAS OPERÁRIAS NA PROPULSÃO DA REVOLUÇÃO (1970-1973): UM DEBATE TEÓRICO

Portugal vivenciou a mais longa ditadura na Europa no século XX. Com um curto período experimental enquanto República, o país passaria 48 anos em um regime de cunho autoritário e ditatorial, baseado no corporativismo e na supressão de direitos civis. Dois elementos chave para compreender a perduração deste regime, também conhecido como Estado Novo, foram a manutenção da economia através da exploração nas colônias africanas e a superexploração da mão de obra trabalhadora barata devido à incipiente industrialização do país.

Com os levantes contra a colonização, em 1961, em Angola (UPA e MPLA), posteriormente em Moçambique (FRELIMO) e Guiné (PAIGC), a desestabilização do governo intensificar-se-ia quando Oliveira Salazar sofre um acidente e assume Marcello Caetano, em 1968, que implantará uma tentativa de “abertura” e “liberalização” do regime. A luta e participação dos movimentos civis, organizações estudantis e a luta operária estiveram fortemente presentes na consolidação do movimento revolucionário em Portugal no ápice da década de 1970. Desde o início da guerra no ultramar², o país conheceria diversas formas organizativas de reivindicação contra a ditadura instalada no país desde 1926 e consolidada no ano de 1932-33. Logo, a década de 1970 ficará marcada pela constante movimentação em torno do descontentamento da guerra em África bem como contra o longo período de repressões impostas pelo regime, sobretudo à classe trabalhadora.

O movimento operário em Portugal, com suas raízes desde o século XIX, expressa com maior intensidade sua consciência e força de luta nos anos que antecedem e durante a Revolução³. Mesmo com um longo período desde sua formação, a industrialização no país só se torna significativa em meados da década de 1960, trazendo consigo uma nova perspectiva de enfrentamento da classe operária e, justamente por isso, nosso recorte mostra-se relevante. O descontentamento na metrópole com o sistema autoritário, a problemática econômica face a desestruturalização da produção industrial, o desemprego e a falta

² Na Historiografia também se recorre à terminologia “Guerra Colonial” – utilizada mais pelos portugueses, e também “Guerra de Libertação”, utilizada mais por pesquisadores provindos de África. O termo mais utilizado em questões de contrabalancear esta questão é o que adotamos ao longo do texto, “Guerra no Ultramar”.

³ A Revolução que ocorre em Portugal em 25 de Abril de 1974 tem geralmente duas terminologias: “Revolução de Abril” e “Revolução dos Cravos”. Esta última refere-se aos cravos vermelhos que mulheres floristas iam colocando nas bocas das armas dos soldados no decurso do próprio dia 25. Alguns poucos também a chamam por “Revolução das Flores”.

de condições laborais; a repressão e supressão de direitos; falta de projetos que visassem melhorias na vida social como habitação, saúde e educação; a insustentável política ultramarina com as despesas da guerra colonial bem como o fator ideológico da mesma são fatores que destacam-se para as manifestações de norte a sul do país no alvorecer da Revolução dos Cravos.

Para compreendermos o cenário trabalhista no período de 1970, às portas do 25 de Abril de 1974, utilizaremos o periódico *Avante!* jornal que circula pelo país através do Partido Comunista Português (PCP). Publicado durante o Estado Novo como *Avante! Clandestino*, manteve-se circulante com tal denominação de 15 de fevereiro de 1931 até o 25 de abril de 1974, sendo o jornal comunista que por mais tempo conseguiu manter frequência nas edições sob um regime autoritário. O periódico foi e ainda é organizado e publicado pelo PCP e durante o regime salazarista/marcelista foi importante ferramenta na orientação e mobilização da classe operária e dos mais diversos setores trabalhistas no país, atuante até os dias de hoje, com todas as críticas que lhe cabem. Até os anos 1940, sua publicação não foi regular devido à censura, tanto dos meios de informação, como do próprio partido, alcançando a regularidade mensal a partir de 1941, com a direção do partido assumida por Álvaro Cunhal, chegando à maior tiragem do jornal nesta década, em torno de 10 mil exemplares⁴. Destacamos a importância deste veículo de informação dentro do sistema que compunha a sociedade portuguesa, e, sobretudo, no período que propomos trabalhar.

Não pretendemos fazer uma análise esgotada das reivindicações trabalhistas no período, mas sim demonstrar a existência e intensidade destes movimentos como indicativo de resistência em busca de mudanças na sociedade e, para tanto, o jornal *Avante!* cumpre nosso objetivo, mesmo que de forma parcelar. Entendemos que a escolha da fonte a ser utilizada reflete no que lhe perguntamos e das respostas que temos em contrapartida. Por ser um jornal organizado e ideologicamente ligado ao PCP, suas diretrizes apontavam para uma determinada forma de compreender o movimento operário, o papel do trabalhador e do próprio partido. A postura do PC no período que antecede a Revolução é significativamente diferente do período pós 25 de Abril, atravessando muitas dificuldades impostas pelo regime para organizar e constituir uma frente de luta de classes. Logo, nos interessa

⁴ “O Avante na História do Partido”. Disponível em: <http://www.pcp.pt/avante-clandestino>. Acesso em 01 nov de 2015.

aqui perceber e traduzir através desta fonte essa posição do Partido, de catalisador das lutas em um período de intensa dificuldade organizativa.

O país vivia, durante esses anos, um ainda forte caráter repressivo de manifestações, reuniões e direito de expressão. A Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), órgão do Estado Novo, era frequentemente convocada para apaziguar confrontos, bloquear a entrada de funcionários, e até mesmo dirigir-se às residências de trabalhadores para promover interrogatórios.

Quanto aos sindicatos, sua constitucionalização e burocratização inicia-se já em 1930, quando da reorganização e centralização dos mesmos são colocadas em pauta (MARTINHO, 2007, p. 58). Com a consolidação do Estado Novo e com a organização institucional dos elementos estatais, foram criados o Estatuto do Trabalho Nacional e o Instituto Nacional de Trabalho e Previdência. Pelo decreto-lei 23.050, os sindicatos eram reunidos nos Sindicatos Nacionais onde o Estado tinha extensos poderes que se mantiveram de 1933 a 1944. Para Ângelo Novo (2012, p. 106), a adoção do Decreto, seria expresso na “fascização dos sindicatos” destruindo a possibilidade da organização autônoma. Uma das medidas deste decreto estabelecia que cada profissão deveria ter um único sindicato que o representasse, dificultando a liberdade organizativa dos trabalhadores. Com a chegada de Caetano ao poder, ocorre a “liberalização” das eleições para os sindicatos organizados dentro dos próprios sindicatos corporativistas e o PCP torna-se forte dentro deste movimento sindical, chegando em 1970 a ocorrer a união dos sindicatos ligados ao partido através de uma organização centralizada chamada Intersindical. Para Maxwell (2006, p. 108), antes da revolução, os “comunistas estavam fortemente entrincheirados nos sindicatos metalúrgicos e vinham ganhando influência entre os trabalhadores de colarinho-branco da classe média baixa, em especial nos sindicatos de bancários de Lisboa e Porto”.

Os trabalhadores, ao organizarem-se através dos órgãos de unidade dentro das indústrias, fábricas e cooperativas demonstravam a consciência de que apenas com a luta poderiam alcançar melhorias laborais e sociais. Portanto, escolhemos mapear os movimentos organizativos que estavam sobretudo na pauta do PCP, mas não só. O jornal reconhece e nos apresenta lutas nos mais diversos setores, não apenas os ligados aos sindicatos com alguma influência do partido, permitindo-nos compreender a organização operária a partir da consciência do poder da luta de classes, em diversos âmbitos.

A LUTA REIVINDICATIVA DA CLASSE OPERÁRIA: TRABALHO, CONSCIÊNCIA E LUTA

A relação do ser humano com o trabalho constitui a base das problematizações sociais, políticas e econômicas ao longo da história, justamente por ser o mecanismo transformador das sociedades. A capacidade de criar, reproduzir, cultivar e transformar é o que nos torna diferentes, nos possibilita a transformação e deveria ser algo emancipatório, criativo. O trabalho pode significar uma troca social, o desenvolvimento da capacidade de reconhecer as necessidades deste trabalho bem como construir redes de solidariedade e de aproximações de interesses. Contudo, com a dominação do sistema capitalista, esta medida torna-se determinada historicamente tanto pelas relações de produção, alienação e submissão, quanto pelas próprias condições criadas pelo sistema para se sustentar, principalmente o trabalho obrigatório e alienado. Contudo, essa relação e capacidade devem estar somados às condições subjetivas dentro deste sistema, de se encarar os espaços de trabalho como locais de luta e engajamento na busca por uma sociedade menos exploratória e onde seja possível interseccionar aproximações nas formações das diversas classes a nível mundial.

Desta forma, compreender as relações entre memória social, o espaço em que determinado indivíduo se insere e as possibilidades que o cerca, são características essenciais na construção e identificação de novas possibilidades de se construir o presente, problematizando-o e tendo consciência de ações coletivas e individuais. Para Thompson (1981, p. 189) “toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de interesse”; ora, a relação e contradição entre a vida política e social, o econômico e o cultural são primordialmente elementos reguladores na prática histórica de Edward Thompson. Portanto, quando buscamos analisar e compreender as experiências individuais e coletivas na formação da identidade, das frações de classes e classe, assumimos, enquanto historiadores e historiadoras, a expectativa de captar a base da consciência histórica dos envolvidos neste processo, intentando tornar a classe não apenas como uma categoria analítica teórica, mas passível de se compreender nas relações sociais. Desta feita, atribuindo ao sujeito pertencente a uma classe uma dada “responsabilidade” de suas expectativas, de que este possui a noção da consciência de sua influência no campo

das transformações, é um importante passo para analisarmos os movimentos de trabalhadores que nos propomos.

Na década de 1970, a luta dos trabalhadores alcança maior número e uma maior possibilidade de movimentação, visto que a efervescência política do momento impossibilitava maiores divulgações nos meios de informação, ao passo que apenas jornais não formais conseguiam expor as lutas reivindicativas dos trabalhadores. (VARELA, 2011). As principais reivindicações das greves ocorridas na década de 70 são o aumento salarial e melhorias na condição de trabalho. Conta-se também a exigência do 13º salário, redução de horas semanais para 40, direito a férias subsidiadas e a proibição de despedimento sem justa causa.

Como salientamos, as condições de luta eram dificultadas pelo regime, porém, dadas as condições históricas, o contrário também era evidente a partir de condições de mudanças e uma incipiente consciência organizativa dos trabalhadores e trabalhadoras. Logo, temos diante de nós a reflexão da primazia da luta na classe dos trabalhadores urbanos, sobretudo os operários industriais. A luta por mudanças dos trabalhadores urbanos consiste em um “inquestionável protagonismo político” (ARCARY, 2000, p. 147-148), possuindo grande poder, onde o “movimento social organizado, e a história do século que se encerra, foi em grande medida a história do confronto, em algumas décadas sob a forma da disjuntiva revolução/contra-revolução, entre o proletariado e seus aliados e a preservação da ordem capitalista” (Idem).

Ao analisarmos a prática metodológica de Thompson (2002, p. 271) em relação às “classes”, percebemos que esta só é possível a partir de contingentes e relações sociais, mas antes disso, é necessário termos em conta suas adoções teóricas e práticas, tanto na sua formação, nas suas proximidades e nas diversas relações de produção. Se não houver a distinção de que classe não é apenas um agrupamento de pessoas com condições financeiras, sociais e de produção semelhantes, esta torna-se, enquanto “categoria histórica, em seu comportamento através do tempo, resulta excluída”. Logo, a categoria “classe” não é uma estrutura monolítica, mas sim um processo, uma conjugação de práticas coletivas que de uma forma articulada, processa-se junto aos domínios econômicos, políticos e ideológico/culturais. O autor irá, portanto, fazer uma intensa crítica aos marxistas economicistas ortodoxos que trabalham e percebem a classe como um “modelo estático”. O processo da formação da classe deve ser entendido a partir de

princípios de consciência de classe em termos relacionais, sobretudo da experiência individual e coletiva. Enxergamos o processo de formação de lutas em Portugal no período *marcelista* a partir de duas análises possíveis de classe e de sua consciência: de um aporte histórico que é possível e empiricamente observável bem como adotando um recurso organizativo de evidência histórica, buscando uma junção destas duas práticas (THOMPSON, 2002, p. 272). Como bem explora Popinigis (2015, p. 167-168), se as relações de produção “definem o meio em que as pessoas vivem, não determinam automaticamente sua consciência, e sim a maneira como significam, individualmente ou em grupo, a experiência vivida, que é a mediadora entre o ser social e a consciência social”. Desta forma, a experimentação do homem dar-se-á em seu tempo, condicionará e contribuirá nas condições de sua existência.

É de nosso maior interesse compreender que a classe operária portuguesa no recorte em que tratamos, constituía um paralelo de forças entre o sistema retrógrado da metrópole e consistia forte apoio pelo fim da guerra no ultramar em África que causava, em contrapartida, maiores problemas na conquista de trabalhos e salários dignos. Toda uma junção de interesses e possibilidades históricas levaram à diversas lutas contra os patrões e na movimentação cotidiana contra o regime.

Durante a década de 60, mas, sobretudo em 70, concretiza-se a transferência do campo para as cidades, o operariado em sua maior parte composto por jovens que buscaram fugir da guerra colonial ou, ainda, integrantes já antigos neste processo, em sua maioria analfabetos e ainda pouco qualificados para os serviços produtivos industrializados. É possível captarmos que as dificuldades enfrentadas nas vias organizativas ao longo de 48 anos de repressão, começaram a enfraquecer com o regime *marcelista* e a sede de combate começava a alcançar níveis ainda não vistos durante as décadas anteriores do Estado Novo⁵.

AS LUTAS OPERÁRIAS SOBRE O PRISMA DO AVANTE! CLANDESTINO

O impulso para as diversas lutas na classe operária e também de lutas no campo pode ser traduzido por diversos fatores que tornaram a política do Estado Novo insustentável: a política de defesa dos monopólios e a falta de respaldo com a classe trabalhadora, diante do agravamento das condições de vida, dos

⁵ A Revolução dos Cravos é um tema ainda pouco trabalhado e interessantíssimo do ponto de vista das lutas laborais, da “dualidade de poderes” e das condições fracassadas para o socialismo, escrito e aprovado na Constituição do país em 1976. Ver: Raquel Varela (2014) e Pamela Peres (2017).

congelamentos salariais, a alta dos preços de gêneros alimentícios, das moradias e o aumento nos transportes. O aumento de preços e do custo de vida torna-se mais acentuado após 1969, devido ao baixo crescimento econômico visto no país. Em comparação com o crescimento europeu, o PIB dos países da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) registrou um aumento de 6% ao longo do ano de 1970, segundo o Relatório do Banco de Portugal⁶. Dessa forma, “as greves e outras lutas operárias constituíram a primeira grande resposta organizada do povo português à demagogia ‘liberalizante’ de M. Caetano”⁷.

Ao longo da análise documental composta por 54 números das edições do periódico entre os anos de 1970 e 1974, resumindo-se, portanto, em todas as edições deste recorte, percebemos que as pautas se repetem ao longo dos quatro anos até o 25 de Abril de 1974. Repetem-se, pois a situação sociopolítica e econômica do país mantinha suas raízes desde a instauração do Estado Novo. As mudanças eram lentas, graduais e pouco levadas em conta. Com o governo de Caetano, a abertura para empresas multinacionais se intensificou e, sobretudo, as leis trabalhistas e as condições mínimas que deveriam ser garantidas pelo Estado, não existiam. A guerra em África consumia em torno de 45% de todo o gasto econômico anual do país, deixando-o em situação de extrema alienação desenvolvimentista. A conta ficou para o trabalhador pagar.

Preferimos destacar a descrição de algumas lutas reivindicativas de setores que marcaram o período em suas formas de organização e manifestação. Além das diversas lutas em empresas de produção têxtil, na mineração ou dos vidreiros, a luta reivindicativa dos metalúrgicos alcançou imenso destaque. Como destaca Patriarca (1982, p. 435), por exemplo, a fábrica da metalomecânica constitui um espaço de produção e de transformação nas composições teóricas e práticas da classe operária portuguesa, sendo, para nós, uma exemplificação que direciona para todos os outros setores produtivos. Quando apontamos a defesa de que um dos basilares desencadeante da Revolução constituía a luta dos trabalhadores nos anos anteriores a 1974, fazemos, pois, todos os segmentos do país adentrarem na luta por mudanças: bancos, transporte (ônibus, metrô, avião), hospitais, indústrias,

⁶ BANCO DE PORTUGAL. Relatório do Conselho de Administração – Gerência 1970. Balanço, Contas. *Revista Económica e Financeira*. 1º Volume. Lisboa: Tipografia do Banco de Portugal, 1971, p.44.

⁷ *Avante! Clandestino* Ano 39, série VI, n. 419, agosto de 1970, p.5. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

comércio, pescadores, estivadores, correios, trabalhadores agrícolas. As lutas refletiam o descontentamento da população frente ao sistema autoritário em que viviam desde décadas antes, estagnada. Iremos, portanto, apresentar algumas destas lutas destes setores como representativo em nossa questão de análise. Apesar de decidirmos como método para o desenvolvimento deste artigo uma posição mais descritiva destas lutas de forma a alcançar nosso objetivo, demonstrando a quantidade e intensidade dessas manifestações, não podemos deixar de vislumbrar também o seu caráter consciente em denotar hierarquias, o questionamento das estruturas e dinâmicas das fábricas, além de reconceitualizarem formas de se indignarem frente ao modo de produção capitalista. Estas características, que podem ser percebidas ao longo dos próximos parágrafos, nos apresentam uma espontaneidade que certamente foi reflexo dos anos anteriores de maior pressão e repressão sobre a classe operária. Sua capacidade de transformar estes fatores em luta é o que caracteriza este momento pré-revolucionário.

As reivindicações dos trabalhadores giravam em torno, em sua maioria, por aumento de salários. A inflação e o consecutivo aumento no custo de vida foram intensos entre os anos estudados, enquanto o congelamento dos salários também esteve presente. Se o custo de vida aumentava em 17%, como em Évora, a média do aumento dos salários era de 5%. A impossibilidade de manter uma família, uma casa dentro das condições mínimas necessárias, empurraram os trabalhadores a cada vez mais pressionarem os patronatos por mudanças. As aprovações nos sindicatos – sindicatos estes muitas vezes fantoches, com dirigentes inseridos pelo governo – dos novos Contratos Coletivos de Trabalho (CCT) e o seu cumprimento dentro das fábricas eram também motivos de confronto para a classe operária, percebida ao longo destes quatro anos como intenso fator de luta.

Na metalurgia, temos alguns exemplos de manifestações que marcaram o período. Na Oliveira & Ferreirinha, paralisações diversas ocorreram no ano de 1970 contra o “prêmio”, mas sim ao direito de aumento de salários. Em março, após uma paralisação seguida de forte represália da polícia, três funcionários são presos, onde os demais bradam que “se vão três, vamos todos”⁸. Na empresa Trefilaria, fazem

⁸ *Avante! Clandestino*. Ano 39, série VI, n.413, março de 1970, p. 3. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

“cera”⁹ por uma semana e diminuem em mais da metade a produção, formando uma comissão de negociação, conquistando a vitória de inclusão do prêmio no salário base e uma melhoria na situação dos aposentados¹⁰.

É interessante notar que, diante da repressão e da dificuldade em organizarem-se, estes trabalhadores e trabalhadoras reinventaram e reinterpretaram as formas de se manifestarem, demonstrando um nível de percepção e consciência política em suas ações. O fazer-se “cera”, ou seja, diminuir a velocidade da produção de forma sensível bem como as greves de “braços caídos” são exemplos desta interpretação.

O setor da metalomecânica pesada no país, a partir das análises da empresa Mague, pode ser considerado um setor de diversos membros do PCP, em uma confrontação direta pelos princípios de produção taylorista, uma vez que o trabalho sob encomenda e as especificidades das condições de produção trilham para a qualificação e valorização profissional, contando com uma constante variação e conflito nas formas do “capital profissional” dos operários. “Resta dizer que este é um dos casos em que mais visível se torna a natureza da ‘organização científica do trabalho’ (OCT), ou seja, onde as razões de ordem económica e social primam sobre os imperativos técnicos” (PATRIARCA, 1982, p. 436).

Pode-se dizer que o sistema taylorista não foi bem recebido pelos operários do segmento metalúrgico. Palavras como “choque”, “mal estar”, “reação enorme e mesmo violenta”, “estado explosivo” e “forte resistência” são algumas características presentes nos documentos da empresa sobre este tema (PATRIARCA, 1982, p.497). Houve forte reação aos procedimentos dos “colarinhos brancos” na busca pelo domínio da produção, bem como “a aplicação do novo sistema vinha inevitavelmente reavivar a clássica oposição entre o mundo oficial e o mundo dos gabinetes entre ‘os que trabalham’ e ‘os que se limitam a mexer em papeis’” (PATRIARCA, 1982, p.497). Na década de 70, muitas reivindicações serão observadas nesta fábrica como a recusa em se fazer horas extras, petições exigindo o pagamento destas horas ao mês, o décimo terceiro salário bem como a redução para 44 horas semanais. (PATRIARCA, 1982, p.499)

⁹ Forma reivindicativa muito presente nestas manifestações. Consistia em diminuir o ritmo de trabalho de forma não declarada.

¹⁰ *Avante! Clandestino*. Ano 39, série VI, n.413, março de 1970, p. 3. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

Na metalomecânica, as greves e paralisações intensificam-se entre os anos de 1972-1973 na busca pelas melhorias laborais bem como pela representação própria entre os trabalhadores. Movimentos de resistência também serão vistos diante das adoções tayloristas no processo de produção, à adesão de fichas de trabalho e de segmentação de setor, os trabalhadores responderão como atos de “cera”, abrindo um maior diálogo entre a burocratização administrativa e de produção (PATRIARCA, 1982, p. 502-514).

No Primeiro de Maio de 1970, na região de Lisboa, em torno de 14 mil trabalhadores manifestaram-se nas ruas, sofrendo repressão pela polícia e somando vinte e oito prisões. A ordem do dia é a conquista do 1º de Maio como feriado nacional do trabalho, reivindicação também muito presente em pautas específicas dentro das empresas¹¹, como na fábrica de Limas. Na mesma empresa, os funcionários trabalhavam 54 horas semanais, sem o recebimento de horas extras. Na Ford de Azambuja, em torno de 700 operários entraram em greve durante uma semana, tendo o setor administrativo participado da greve¹². Na empresa Firestone de Alcochete, fizeram greve, reivindicando 42 horas semanais, melhorias no trabalho e aumento salarial. Mesmo com a repressão de seis carros da PIDE-DGS e de um pelotão da Guarda Nacional Republicana (GNR) tentando prender os grevistas, conquistaram, ao final, aumento de 26% nos salários¹³. Na fábrica Simões em Lisboa, 800 operárias recorreram à greve reivindicando aumento de salários, seguindo a pressão dos metalúrgicos de diversas empresas com apresentação de cartas e abaixo assinados em prol de uma nova aprovação de Contratos Coletivos de Trabalho¹⁴. Emblemática também foi a greve geral seguida de ocupação na fábrica Grunding. A empresa alternava os trabalhadores de sindicatos indo em favor do CCT que mais favorecesse os lucros da empresa. Diante desta situação, abriram greve geral de cerca de 2.500 operários, com forte repressão e violência corporal pela polícia que bloqueou as portas da fábrica, impedindo a circulação dos trabalhadores entre as seções. Com o desmaio de uma funcionária, os operários

¹¹ *Avante! Clandestino*. Ano 39, série VI, n. 416, maio de 1970, p.1. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

¹² *Avante! Clandestino*. Ano 41, série VI, n.429, abril de 1971, p.1. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

¹³ *Avante! Clandestino*. Ano 41, série VI, n. 430, junho de 1971, p.3. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

¹⁴ *Avante! Clandestino*. Ano 41, série VI, n. 436, dezembro de 1971, p.6. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

conseguiram montar barricadas e expulsar a polícia. Diversas outras empresas metalúrgicas reagiram em apoio à greve e, assim, conquistaram o aumento de 40 a 70%¹⁵.

Processo de falência também ocorreram na fábrica de papel da Abelheira, que se justifica pela absorção desta empresa ao grupo Champalimaud, através da empresa Papel do Prado. Cerca de 400 funcionários têm em vista a perda de seus empregos e o não pagamento de suas indenizações¹⁶. Após seis meses de luta na indústria Abelheira, marcada pela ocupação dos operários para que a gerência não retirasse o material já produzido e as máquinas, pressionando pelo pagamento das indenizações após a falência, os trabalhadores conseguiram receber o pagamento dos salários bem como o pagamento de subsídios e férias referentes ainda ao ano de 1972 e, também os operários com mais de 60 anos conseguiram o direito a aposentar-se contando o tempo de trabalho até o encerramento da empresa¹⁷.

Também destacamos a greve metalúrgica na Sacor, com 600 operários ao norte no país, em Leça da Palmeira que teve duração de três dias. Os trabalhadores cumpriam 55 horas semanais de trabalho, sem pagamento das horas extras e sem o pagamento do sétimo dia. A empresa contava com mão de obra francesa e espanhola que também entraram na greve, e conquistaram suas reivindicações¹⁸. Trabalhadores e trabalhadoras de diversas empresas recorrem à greve no mês de novembro de 1973, como é o caso da Automática Elétrica Portuguesa (Plessey) tendo 5.000 trabalhadores em greve¹⁹. Na Signetics, com praticamente todo o quadro de mulheres operárias, entraram em greve pelo aumento dos salários, pela semana de 40 horas e pagamento das horas extras e 30 dias de férias remuneradas. A empresa solicitou a polícia, fechando a fábrica e mantendo as operárias do lado de fora, onde mantiveram-se com piquetes ao longo de cinco dias, conquistando aumento de salários e a redução para 45 horas de trabalho²⁰.

¹⁵ *Avante! Clandestino*. Ano 42, série VI, n. 439, março de 1972, p.1. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

¹⁶ *Avante! Clandestino*. Ano 43, série VI, n. 453, maio de 1973, p.1. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

¹⁷ *Avante! Clandestino*. Ano 43, série VI, n. 454, junho de 1973, p.3. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

¹⁸ *Avante! Clandestino*. Ano 43, série VI, n. 459, novembro de 1973, p.3. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

¹⁹ *Avante! Clandestino*. Ano 43, série VI, n. 460, dezembro de 1973, p.3. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

²⁰ *Avante! Clandestino*. Ano 43, série VI, n. 461, janeiro de 1974, p.4. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

Os aprendizes metalúrgicos também não ficaram de fora das manifestações. Diversas paralisações e greves foram levantadas e seguidas pelos jovens que possuíam entre 12 e 15 anos. Um bom exemplo a ser dado é o da empresa Manuel Pereira Roldão, em fevereiro de 1970. A diretoria anunciou despedimentos, chamando a PIDE para intervir. Diante à resistência dos aprendizes, conquistaram aumento e conseguiram reaver os trabalhadores que haviam sido demitidos²¹. Sendo o setor da metalurgia o ponto chave da cadeia industrial produtiva do país, as manifestações deste segmento foram significativas no processo de consciência política de conquistas e problematizações diante da sociedade portuguesa.

Como apontamos anteriormente, outros setores indispensáveis, para além dos de produção industrial, apresentaram reivindicações através de greves e paralisações, como é o caso dos Hospitais das cidades de Porto e Lisboa. Temos um indício que as contradições internas do regime do Estado Novo perpassavam todas as fissuras da sociedade, apresentando ser um reflexo das manifestações e das reivindicações sociais. Para Poulantz (1976, p. 73), “[...] as contradições internas destes regimes – que são efeitos das próprias lutas das massas populares – parecem ter igualmente funcionado como a ocasião que permitiu a intervenção diretas destas massas, uma vez desencadeado o processo”. A jornada grevista nos Hospitais no período referido inicia-se em abril de 1970, nos Hospitais Civis de Lisboa com a categoria dos enfermeiros que, conseqüentemente, aderem à luta, “recusando-se a realizar quaisquer serviços que não digam respeito à especialidade de cada um”²², colocando em circulação um abaixo-assinado entregue às instâncias superiores, “em que acusam o governo de ter deixado a situação atingir ponto tão alarmante”²³. Uma paralisação no final do mês ocorre e os médicos apontam a falta de estrutura para os atendimentos e reivindicam melhorias na saúde pública. Um médico declara que a situação é “passível de procedimento judicial em qualquer país civilizado”²⁴. Manifestações em apoio à causa também se desenvolvem na cidade do Porto. Em setembro do mesmo ano, sem obter respostas às reivindicações, os médicos do internato geral do Hospital de São João desta mesma cidade declararam o não atendimento às urgências, apoiados também pelos enfermeiros. O *Avante!*

²¹ *Avante! Clandestino*. Ano 39, série VI, n. 412, fevereiro de 1970, p.3. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

²² *Avante! Clandestino*. Ano 39, série VI, n. 415, abril de 1970, p. 3. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

²³ *Ibidem*, p. 3.

²⁴ *Ibidem*, p. 5.

aponta em uma de suas reportagens que as informações nos canais legalizados de comunicação são bloqueadas a noticiar a manifestação e as paralisações na área da saúde²⁵. Destaca-se que buscamos notícias referentes à estas manifestações no *Diário de Notícias* e no *Jornal de Lisboa* e nada encontramos.

Outro setor indispensável que adentra nas manifestações trabalhistas é o dos transportes. A paralisação nos vagões dos metrô bem como os tumultos causados pela falta dos ônibus nas ruas é algo frequente. A greve na TAP também será um marco nas reivindicações, paralisando parte do tráfego aéreo por mais de três dias. Em junho de 1970, a Carris (Serviços de Transportes Coletivos - Porto) entra em greve contra as horas extras não adicionais no salário, somando 300 trabalhadores²⁶. Em agosto, uma paralisação acarreta diversas prisões seguidas de interrogatórios pela PIDE, tendo ao final do mês uma mobilização em diversas estações do metrô em prol da libertação dos colegas retidos na manifestação anterior, conseguindo sucesso depois de novos confrontos com a polícia²⁷.

Em setembro de 1973, trabalhadores da TAP manifestam-se contra a proibição de reunião, recebendo forte repressão policial. No dia seguinte à paralisação, cerca de 4.000 trabalhadores fazem greve e movem-se para a administração, exigindo o aumento de salários e o fim da repressão dentro da empresa. Novamente a polícia é chamada, muitos são presos e alguns feridos. Um trabalhador viria a morrer alguns dias depois, tendo sido acertado por uma bala de revólver. A greve continuou por mais quatro dias nos aeroportos e parte do tráfego aéreo ficou paralisado e, após muita repressão e dias de luta, conquistaram o aumento de salários e a libertação dos colegas presos durante a manifestação²⁸.

Um dos setores mais expressivos da heterogeneidade das lutas em Portugal é o dos pescadores, com greves que varrem o país de norte a sul. Muitos problemas envolviam este setor, como os baixos salários, as condições de trabalho, a falta de dias de descanso e os baixos preços pagos aos pescadores pelo peixe nas indústrias conserveiras. Este setor é dos que mais apresentou em nossa pesquisa

²⁵ *Avante! Clandestino*. Ano 39, série VI, n. 415, abril de 1970, p. 3. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

²⁶ *Avante! Clandestino*. Ano 39, série VI, n. 417, junho de 1970, p.3. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

²⁷ *Avante! Clandestino*. Ano 39, série VI, n. 419, agosto de 1970, p.3. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

²⁸ *Avante! Clandestino*. Ano 43, série VI, n. 457, setembro de 1973, p. 1. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

embate direto com o patronato e com a polícia através de piquetes, ocupações e confrontos diretos.

No mês de maio de 1970, os pescadores da sardinha da costa Norte, do Algarve e de Peniche declaram-se em greve seguidos pelos trabalhadores de Matosinhos, Afurada e Póvoa, reivindicando o salário fixo e 1% sobre a receita retirada do montante do pescado. Também os trabalhadores da pesca não obtinham os direitos de férias pagas, abono anual, aposentadoria²⁹. Os pescadores voltaram a trabalhar no dia primeiro de maio com a promessa de terem atendidas as reivindicações. Porém, constatando que “foram enganados”, entram em greve novamente, no dia 15 de maio. A palavra de ordem era: “enquanto não vier aumento ninguém vai trabalhar!”³⁰, durando a greve por mais de um mês e sendo atendidos parcialmente em suas reivindicações. Em fevereiro de 1971, pescadores da Póvoa do Varzim entram em greve, manifestando-se com suas famílias em favor da “lota” e “venda livre ao público”, onde alguns manifestantes foram detidos pela polícia³¹ e em setembro deste ano, pescadores de Portimão fazem greve por uma semana³². No ano de 1973, as greves intensificam-se e logo no mês de janeiro, os pescadores de Matosinhos, Aveiro e Figueira da Foz recusam-se a assinarem suas matrículas exigindo o aumento de salários e das caldeiradas. Em abril, aproximadamente 1.200 pescadores de traineiras da Costa Norte entraram em greve pelo aumento dos salários e pelo direito de descanso aos domingos³³. Em junho de 73 a greve da Costa Norte, sobretudo em Matosinhos, termina após setenta dias com a conquista do aumento de salários e da caldeirada, além do aumento na porcentagem sobre o que fosse pescado. No entanto, logo no mês de outubro a classe volta a se manifestar uma vez que as promessas da greve anterior não foram cumpridas, tendo duração de três dias sob a pressão da PIDE, seguida de interrogatórios e prisões

²⁹ *Avante! Clandestino*. Ano 39, série VI, n. 416, maio de 1970, p. 3. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

³⁰ *Avante! Clandestino*. Ano 39, série VI, n. 417, junho de 1970, p. 1. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

³¹ *Avante! Clandestino*. Ano 41, série VI, n. 426, fevereiro de 1971, p.5. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

³² *Avante! Clandestino*. Ano 42, série VI, n. 446, outubro de 1972, p. 4. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

³³ *Avante! Clandestino*. Ano 43, série VI, n. 454, junho de 1973, p. 3. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

contidas por piquetes construídos pelos pescadores em Matosinhos. As reivindicações foram finalmente atendidas³⁴.

Cabe destacar que segundo o Instituto Nacional de Estatística³⁵, o maior surto de inflação do pós-guerra deu-se em 1971, tendo o maior aumento de preços de gêneros alimentícios e moradia desde então. Estes números crescem ao longo dos anos seguintes, e os aumentos salariais não acompanham a porcentagem do aumento do custo de vida. Em 1972, 43% das despesas do Estado são voltadas para a guerra colonial. No ano de 1971, os produtos alimentares subiram mais 15% e as rendas de moradias, 30%. O custo de um trabalhador e de sua mão de obra é seis vezes inferior que o de um trabalhador alemão, por exemplo. A exploração dos trabalhadores e da produção que escoam para as grandes indústrias internacionais, visando uma crescente margem do imperialismo no país. As pequenas empresas, comércios e indústrias perdem espaço e também a mão de obra se torna mais exploratória, mantendo os salários apenas na base da reprodução biológica. Em 14 e abril de 1972, aprova-se a Lei sobre o Fomento Industrial, favorecendo os monopólios a dominar os setores nacionais, com reduções fiscais aos grupos monopolistas. Algumas medidas adotadas contra os trabalhadores podem ser vistas através dos congelamentos de salários; aumento da carga horária mas não do pagamento; recusam o pagamento dos 25% em trabalhos noturnos; imposição das horas extras como obrigatória e muitas vezes não pagas a parte, sendo incluídas no montante das horas obrigatórias; racionalização das condições mínimas de trabalho; exploração do trabalho feminino com salários inferiores ao dos homens em funções idênticas; exploração do trabalho infantil, sobretudo na indústria têxtil. Acreditamos, baseados empiricamente, que estes tenham sido fatores consideráveis nas lutas reivindicativas bem como para que o apoio massivo da população trabalhadora após a queda do regime, em abril de 1974 e que tenha ocorrido de forma tão intensa.

No mês de agosto de 1971, em Lisboa, os bancários lutaram pela libertação do dirigente sindical Daniel Cabrita, reunindo em torno de cinco mil participantes dos quais 13 foram presos e aproximadamente 100 ficaram feridos. Destaca-se que no

³⁴ *Avante! Clandestino*. Ano 43, série VI, n. 458, outubro de 1973, p. 1. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

³⁵ INSTITUTO Nacional de Estatística. Portugal. Disponível em: <https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_pesquisa&frm_accao=PESQUISAR&frm_show_page_num=1&frm_modos_pesquisa=PESQUISA_SIMPLES&frm_texto=1973&frm_modos_texto=MODOS_TEXTO_ALL&frm_data_ini=&frm_data_fim=&frm_tema=QUALQUER_TEMA&frm_area=o_ine_ar ea_Institucional>. Acessado em 15 dez de 2015.

mesmo ano foi aprovado o Decreto 520/71, contendo a restrição do direito de reunião dos sindicatos nacionais, proibição das reuniões inter-sindicais, restrição às reuniões e atividades juvenis, buscando manipular a organização através da criação do “Secretariado para a Juventude”. A luta dos bancários recai sobre a dinâmica sindical atuante no país, onde o governo em conjunto com os agentes do Ministério das Corporações e do Instituto Nacional do Trabalho nomeiam os dirigentes das Comissões Administrativas para os sindicatos, bloqueando a entrada de trabalhadores que estejam de fato ligados às reivindicações laborais. Com a possibilidade aberta no início de 1972 para as eleições representativas dos sindicatos dos bancários, rombos orçamentários e roubos foram descobertos, apontando o problema das indicações realizadas pelo governo³⁶. Em fevereiro de 1973, os bancários reivindicam com manifestação nas ruas de Lisboa a atualização de aumento de salários que não são realizados desde 1970. Com um aumento no custo de vida de 42%, os trabalhadores deste setor reivindicam os aumentos e a aprovação da nova CCT do segmento³⁷, manifestando-se novamente em julho com algumas paralisações e greves entre os dias 9 e 12 em Lisboa e no Porto, reunindo cerca de 7000 trabalhadores³⁸.

Podemos acompanhar alguns outros segmentos que também se levantaram contra o patronato e reivindicaram suas pautas. Temos por exemplo o setor da mineração onde se encontra os maiores índices da exploração do trabalho em condições subumanas. Na região do Porto, os mineiros da Companhia das Minas de Carvão de São Pedro da Cova sofrem com a pressão do despedimento de mil trabalhadores. No setor têxtil, na Oliveira Ferreira, mais de 100 operários fizeram greve “de braços caídos” por aumento de salários³⁹, seguidos pela greve geral de têxteis na empresa Manuel Gonçalves, no Minho⁴⁰. Em abril de 1971, ocorre uma manifestação de 500 carteiros da CTT em Lisboa em prol do aumento de salários, semana com 42 horas de trabalho, subsídio de férias e 13º salário⁴¹. No setor da

³⁶ *Avante! Clandestino*. Ano 42, série VI, n. 446, outubro de 1972, p.1. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

³⁷ *Avante! Clandestino*. Ano 43, série VI, n. 450, fevereiro de 1973, p.3. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

³⁸ *Avante! Clandestino*. Ano 43, série VI, n. 457, setembro de 1973, p. 1. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

³⁹ *Avante! Clandestino*. Ano 39, série VI, n. 417, junho de 1970, p. 1. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

⁴⁰ *Ibidem*, p.3.

⁴¹ *Avante! Clandestino*. Ano 41, série VI, n.429, abril de 1971, p. 1. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

comunicação também se observa levantes, como no Diário de Notícias que após várias paralisações e greves intermitentes, fez greve geral no dia 18 de maio de 1971 com forte repressão da PIDE, voltando ao trabalho e pressionando através da “cera”⁴².

Em março de 1970, na Lisnave os operários alcançam o pagamento dos 30 dias de trabalho e o 13º mês. Em contrapeso, diminuíram o pagamento das horas extras de 125% para 75%. O 13º mês também ficou condicionado ao funcionário que “tenha bom e efectivo serviço”. Em resposta dada em uma manifestação: “não fazer horas extraordinárias ou diminuir a produção em 50%”⁴³. Em maio do mesmo ano, estivadores do Porto de Leixões entraram em greve, recusando-se a fazer horas extras, ocasião em que entregaram um documento com 600 assinaturas e conseguem o aumento pretendido. Destaca-se que os descarregadores não oficiais do porto também entraram na greve que durou de 5 de março a 2 de abril⁴⁴. Já no ano de 1972, no Porto de Leixões, os estivadores fizeram paralisações reivindicando aumento de salários e contra as horas extras obrigatórias. A PIDE prendeu e interrogou manifestantes, porém, conseguiram parte de suas reivindicações serem atendidas⁴⁵.

Nas empresas agrícolas ou nas cooperativas, também decorrem manifestações e movimentos em prol da melhoria das condições laborais. Em fevereiro de 1971, operários agrícolas em Benfica do Ribatejo fazem greve por aumento de salários na poda da vinha⁴⁶. Em novembro de 72, cerca de 600 assalariados agrícolas de Alpiarça fizeram uma greve que durou dez dias em prol do aumento de salários, conquistando o aumento⁴⁷. Notamos ao longo desta pesquisa a existência brutal de greves, paralisações e reivindicações por operárias de forma constante e muitas vezes organizadas e realizadas apenas por elas mesmas. Também o mesmo se percebe com as trabalhadoras agrícolas, sobretudo ao norte

⁴² *Avante! Clandestino*. Ano 41, série VI, n. 431, julho de 1971, p. 2. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

⁴³ *Avante! Clandestino*. Ano 39, série VI, n.413, março de 1970, p. 3. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

⁴⁴ *Avante! Clandestino*. Ano 39, série VI, n. 416, maio de 1970, p. 3. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

⁴⁵ *Avante! Clandestino*. Ano 42, série VI, n. 447, novembro de 1972, p. 1. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

⁴⁶ *Avante! Clandestino*. Ano 41, série VI, n. 426, fevereiro de 1971, p.5. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

⁴⁷ *Avante! Clandestino*. Ano 43, série VI, n. 450, fevereiro de 1973, p.3. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

do país. Um exemplo da luta feminina foi a greve das conserveiras de Setúbal, em março de 1973 que atingiu pelo menos mais quatro fábricas com paralisações. Reivindicavam aumento de salário que chegava a ser 6\$40 por hora, onde alcançaram um aumento de 37% ao final de três dias de greve geral⁴⁸. Em Alpiarça, na comemoração ao dia 8 de março, as trabalhadoras rurais e costureiras entraram em greve geral, recebendo o apoio dos trabalhadores da construção civil, que também entraram em paralisação⁴⁹. As camponesas de Alpiarça renovam as manifestações sobre o aumento de salários, que corresponde à metade dos salários dos homens. Camponeses e camponesas juntaram-se para exigir o aumento de salário, conseguindo um aumento significativo após 5 dias de paralisação⁵⁰. Já no ano de 1974, novamente em Alpiarça os camponeses fazem greve, cerca de 6000 paralisam e exigem o aumento dos salários condizentes com o aumento do custo de vida, conquistando parte de suas reivindicações ao final de cinco dias de greve⁵¹.

Marcel van der Linden, um dos fundadores da chamada *História Global do Trabalho*, na tentativa de escapar da história do trabalho eurocêntrica, unilateral e analisada por determinantes condicionadores a partir de determinadas “áreas de interesses”, nos aponta a importância das greves e do impacto que as mesmas têm nas empresas e indústrias onde se desenrolam:

A eficácia de uma greve não depende por isso apenas das pressões imediatamente exercidas sobre o empregador pelos trabalhadores em greve, mas também do ponto a que outros atores-chave na sociedade – o Estado, outros capitalistas, consumidores – aplicam pressão por causa da perturbação no sistema. Este “potencial de perturbação” de um grupo determina, juntamente com a sua posição no mercado de trabalho (baseada nas competências e na sua escassez), a sua “capacidade negocial total” (LINDEN, 2013, pp. 51-52).

No início do mês de fevereiro de 1974, uma onda grevista varre o país, seguidas de paralisações em diversos setores produtivos. Entre os meses de janeiro e fevereiro, aproximadamente 40 mil trabalhadores recorreram às manifestações e reivindicações através da greve e de paralisações, em cerca de 70 empresas diferentes em todo o país. No mês de abril de 1974, antes do dia 25, o *Avante!*

⁴⁸ *Avante! Clandestino*. Ano 43, série VI, n. 451, março de 1973, p.1. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

⁴⁹ *Avante! Clandestino*. Ano 43, série VI, n. 453, maio de 1973, p.1. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

⁵⁰ *Avante! Clandestino*. Ano 43, série VI, n. 458, outubro de 1973, p.1. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

⁵¹ *Avante! Clandestino*. Ano 43, série VI, n. 461, janeiro de 1974, p.3. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

chamava em sua manchete: “Não dar tréguas ao fascismo!”⁵², apontando as inúmeras lutas de trabalhadores nos mais diversos setores, dos estudantes, dos militares em represália à guerra colonial.

A luta pela queda do regime e em prol das condições de vida mostraram-se frequentes nos anos que antecederam a revolução, provando que o povo português não estava conformado ou adormecido frente à situação repressiva por que passava. Demos uma pequena amostra da intensidade da luta que, mesmo ameaçada por prisões, torturas e exílios, fez-se presente neste período marcante da história portuguesa.

CONCLUSÕES

O trabalho e a importância que este representa no mundo capitalizado é o cerne da compreensão dos lugares de fala, de representação e de consciência cidadã. Como destacamos anteriormente, apenas com estudos que ressaltem a viabilidade da luta da classe trabalhadora e de suas formas organizativas é que poderemos compreender e alargar as possibilidades de enfrentamento das situações exploratórias que nos rodeia.

Portugal, ao permanecer 48 anos em um regime autoritário e ditatorial, constituiu uma base de retrocessos socioeconômicos e políticos, deixando os trabalhadores em situação de extrema exploração a níveis de pobreza. No entanto, também se fortaleceu, sobretudo nas décadas de 1960 e 70, uma vigorosa onda reivindicativa num feixe de possibilidades de mudanças, que foram amplamente aproveitadas pelos mais diversos setores produtivos, provocando instabilidade e traçando um novo perfil social, mais combativo e consciente de suas disputas, fato que se comprovou com a intensa organização e participação popular no período revolucionário. Concluimos, portanto, que o trabalho enquanto categoria analítica e o fazer-se da História nesta temática, é uma condição de existência para elucidação dos nossos ciclos e das concepções que historiadores e historiadoras constroem sobre esta teorização. No caso de Portugal, os trabalhadores e trabalhadoras lutaram, em conjunto com outras frações sociais, conquistaram o fim do Estado Novo e a possibilidade de construção de uma nova sociedade, mesmo que dentro deste novo sistema, novas lutas foram e ainda devem continuar a serem travadas.

⁵² *Avante!* Ano 44, série VI, n. 464, abril de 1974, p.1. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

ARCARY, Valério. *As Esquinas Perigosas da História: Um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionária no debate marxista*. Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2000.

CABREIRA, Pamela Peres. “*Semeando Ventos o Governo Colherá Tempestades*”: Crise marcelista e a vaga revolucionária em Portugal (1968-1974). Dissertação (Mestrado em História), 2017. 157 f. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação em História. Seropédica – 2017.

LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do Mundo – ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp 2013.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Corporativismo e trabalho: Estado, classes trabalhadoras e organização sindical em Portugal e no Brasil. In. *O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo* (org.) MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MAXWELL, Kenneth. *O Império Derrotado: Revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NOVO, Ângelo. O 18 de Janeiro na história das ideias. In. *Greves e conflitos sociais em Portugal no século XX*. (coord.). VARELA, Raquel; NORONHA, Ricardo; PEREIRA, Joana Dias. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

PATRIARCA, Fátima. Taylor no Purgatório: O trabalho operário na metalomecânica pesada. *Análise Social*, vol. XVIII (71), p.435-530, 1982-2º.

POPINIGIS, Fabiane. E.P.Thompson e a experiência da classe trabalhadora. AMORIM, Henrique; SILVA, Jair (orgs.). *Classes e lutas de classes*. São Paulo: Annablume, 2015.

POULANTZAS, Nicos. *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

THOMPSON, Edward. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

VARELA, Raquel Carneira. A persistência do conflito industrial organizado: greves em Portugal entre 1960 e 2008. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 3, n.6, pp. 151-175, 2011.

VARELA, Raquel. *História do Povo na Revolução Portuguesa*. Lisboa: Bertrand, 2014.

FONTES

Avante! Clandestino. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A (1970-1974). Ano 39 (n. 412, 413, 415, 416, 417, 419); Ano 41 (n. 426, 429, 430, 431, 436); Ano 42 (n. 439, 446, 447, 450, 453, 454, 457, 459, 460, 461); Ano 43 (n. 450, 451, 453, 454, 457, 458, 461); Ano 44 (n. 464).

INSTITUTO Nacional de Estatística. Portugal. Disponível em: <https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_pesquisa&frm_acciao=PESQUISAR&frm_show_page_num=1&frm_modos_pesquisa=PESQUISA_SIMPLES&frm_texto=1973&frm_modos_texto=MODO_TEXTO_ALL&frm_data_ini=&frm_data_fim=&frm_tema=QUALQUER_TEMA&frm_area=o_ine_area_Institucional>. Acesso em 15 dez de 2015.

BANCO DE PORTUGAL. Relatório do Conselho de Administração – Gerência 1970. Balanço, Contas. *Revista Económica e Financeira*. 1º Volume. Lisboa: Tipografia do Banco de Portugal, 1971.